

AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA
INSTITUTO DE DIREITO ECONÓMICO
FINANCEIRO E FISCAL DA FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

C&R

REVISTA DE CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO

Periodicidade: Trimestral

Direção: Maria João Melícias • Miguel Sousa Ferro

Presidência do Conselho Científico: Eduardo Paz Ferreira • Margarida Matos Rosa

Presidência do Conselho de Redação: Mariana Tavares

Conselho Consultivo: João E. Gata • Nuno Cunha Rodrigues

ANO IX • NÚMERO 33-34
JANEIRO – JUNHO 2018



INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FDL



AUTORIDADE DA
CONCORRÊNCIA

REVISTA
DE CONCORRÊNCIA
E REGULAÇÃO

ANO VIII • NÚMERO 33-34
JANEIRO – JUNHO 2018

REVISTA DE CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO

direção

MARIA JOÃO MELÍCIAS • MIGUEL SOUSA FERRO

presidência do conselho científico

EDUARDO PAZ FERREIRA • MARGARIDA MATOS ROSA

presidência do conselho de redação

MARIANA TAVARES

conselho consultivo

JOÃO E. GATA • NUNO CUNHA RODRIGUES



INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FDL


ALMEDINA



AUTORIDADE DA
CONCORRÊNCIA

REVISTA DE CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO

Ano VIII • Número 33-34

janeiro – junho 2018

DIRETORES

MARIA JOÃO MELÍCIAS • MIGUEL SOUSA FERRO

PROPRIETÁRIOS

AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

Av. de Berna, 19

1050-037 Lisboa

NIF: 506557057

IDEFF

FACULDADE DE DIREITO

Alameda da Universidade

1649-014 LISBOA

NIF: 506764877

SEDE DA REDAÇÃO

Avenida de Berna, 19

1050-037 Lisboa

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, SA

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76-80

3000-167 Coimbra, Portugal

T: 239 851 904

F: 239 851 901

editora@almedina.net

www.almedina.net

EXECUÇÃO GRÁFICA

EDIÇÕES ALMEDINA, SA

Preço avulso desta Revista €25,00

Assinatura anual da Revista (4 números) €90 (desconto de 10%)

OUTUBRO 2017

DEPÓSITO LEGAL

304538/10

N.º DE REGISTO NA ERC

126126

TIRAGEM

500 EXEMPLARES

ESTATUTO EDITORIAL

http://www.concorrencia.pt/vPT/Estudos_e_Publicacoes/Revista_CR/Paginas/Revista-CR.aspx

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seus(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.

ÍNDICE

7 EDITORIAL

13 DOCTRINA

15 Doutrina geral

- 17 Carlos Oliveira Cruz & Joaquim Miranda Sarmiento – *Concorrência e regulação na privatização dos aeroportos num contexto de finanças públicas sob stress: uma análise das motivações do governo e dos investidores*
- 39 Katerina Lagaria – *Towards a single capital markets supervisor in the EU: the proposed extension of ESMA's supervisory powers*
- 63 Ivana Souto de Medeiros – *A resolução bancária e a salvaguarda do erário público na União Europeia: do bail-out ao bail-in*
- 129 Lucas Catharino de Assis – *A liberdade de circulação de capitais e a necessidade de se garantir a eficácia dos controlos fiscais nas situações envolvendo Estados terceiros*
- 155 Raúl Vieira da Silva – *A independência orçamental das entidades reguladoras à luz da nova lei-quadro*
- 185 Inês Neves – *O lugar da proteção de dados na efetividade necessária ao direito da concorrência*

227 BREVES

229 Breves

- 231 Peter Freeman – *Things are not what they were – Competition Law in a changing context*
- 241 Angelo Gamba Prata de Carvalho – *Os contratos associativos no direito da concorrência brasileiro*
- 247 Marcela Lorenzetti – *Contratos associativos no transporte marítimo: análise de VSAs no Brasil*
- 253 Bruno de Zêzere Barradas – *Blockchain e Concorrência – Um novo horizonte de aplicação?*
- 259 Danilo Sérgio de Souza – *Direito da concorrência e inovação. O uso da tecnologia blockchain e possíveis implicações concorrenciais*
- 265 Francisco Espregueira Mendes, Leyre Prieto & Daniela Cardoso, *Da natureza das restrições à concorrência nos acordos de distribuição seletiva: a influência de Coty Prestige no comércio eletrónico*
- 273 Frederico Machado Simões – *Sobre o novo regime do concurso de infrações no Código dos Valores Mobiliários e o Princípio do Ne Bis in Idem*

- 279 Maria Gabriela Castanheira Bacha – *CADE's application of pecuniary penalties and punitive measures: the need of ascertaining its "state of rightness"*
- 285 Miguel Pena Machete & Catarina Pinto Xavier – *Autoridade da Concorrência - dividir para reinar?*
- 291 Rita de Sousa Costa – *O direito à portabilidade dos dados pela lente do direito da concorrência*
- 299 Vicente Bagnoli – *Business strategies to improve antitrust compliance in Brazil and the approach of CADE to advocacy: the Car Wash investigation*
- 305 **JURISPRUDÊNCIA**
- 307 **Jurisprudência comentada**
- 307 Daniela Cardoso – *Comentário ao Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 7 de setembro de 2017, processo C-248/16*
- 317 **Jurisprudência geral**
- 317 Jurisprudência nacional de concorrência – janeiro a junho de 2018
- 323 Jurisprudência de concorrência da União Europeia – janeiro a junho de 2018
- 329 **NOTAS CURRICULARES**
- 336 **ÍNDICE CONSOLIDADO POR TEMAS**
- 359 **Colaboração com a *Revista de Concorrência e Regulação***
- 361 **Órgãos Sociais**

EDITORIAL/EDITORIAL NOTE

Maria João Melícias

Miguel Sousa Ferro

O número duplo 33-34 da Revista de Concorrência & Regulação continua o processo de transição para um novo modelo da Revista. Uma Revista mais adaptada às exigências de um público-alvo diverso, especializado e interessado em abordagens pragmáticas e diretas de questões controversas do momento. Uma Revista mais acessível a todos. Uma Revista com um pendor mais internacional, apostando em tornar-se uma plataforma de debate sobre a regulação e concorrência nos países de língua portuguesa e não só.

Nesta ótica, a C&R passa a contar com uma secção de artigos breves, apelando-se aos profissionais e académicos dos setores para continuarem a contribuir com reflexões sucintas e acutilantes sobre questões de atualidade

This double issue 33-34 of the Revista de Concorrência & Regulação continues the process of transition to a new model of this journal. A journal more fitted to the demands of a diverse target audience, specialized and interested in pragmatic and direct approaches to the controversial issues of the day. A journal made more accessible to everyone. A journal with a greater international outlook, betting on becoming a platform of debate on regulation and competition among the Portuguese speaking countries and beyond.

In this perspective, C&R now includes a section of brief articles, calling upon professionals and academics from these sectors to contribute with succinct and

jurídico-económica, como as que se apresentam nesta edição. O presente número conta com vários contributos nesta nova secção, provenientes de juristas e economistas portugueses, ingleses e brasileiros.

Estes artigos breves lidam com um leque amplo de temas: desde os mais recentes desafios ao direito da concorrência (Peter Freeman), à tecnologia *blockchain* (Bruno de Zêzere Barradas; Danilo Sérgio de Souza), passando pela influência do caso Coty no comércio eletrónico (Francisco Espregueira Mendes, Leyre Prieto e Daniela Cardoso), a exclusividade dos poderes da AdC em matéria de *enforcement* público em Portugal (Miguel Machete e Catarina Xavier), a aplicação de sanções pelo CADE no Brasil (Maria Gabriela Bacha), a recente alteração ao Código de Valores Mobiliários em sede de concurso de infrações (Frederico Machado Simões), a portabilidade de dados (Rita de Sousa Costa), os contratos associativos no panorama brasileiro (Ângelo Prata de Carvalho; Marcela Lorenzetti), até à “operação Lava Jato” e respetivas lições em termos de *compliance* de concorrência (Vicente Bagnoli).

Os artigos académicos reunidos neste número cobrem também temas variados.

Carlos Oliveira Cruz & Joaquim Miranda Sarmiento analisam as

directed reflections on current legal-economic issues, such as those presented here. The present issue is host to a number of contributions in this new section, submitted by Portuguese, English and Brazilian lawyers and economists.

These brief papers deal with a wide range of subjects, from the most recent challenges to Competition Law (Peter Freeman), to blockchain technology (Bruno de Zêzere Barradas; Danilo Sérgio de Souza), the influence of the Coty judgment in e-commerce (Francisco Espregueira Mendes, Leyre Prieto and Daniela Cardoso), the AdC's exclusive public enforcement powers in Portugal (Miguel Machete and Catarina Xavier), the imposition of fines and other penalties by CADE in Brazil (Maria Gabriela Bacha), the recent change to Portugal's Securities Code on cumulation of infringements (Frederico Machado Simões), data portability (Rita de Sousa Costa), association contracts in Brazil (Ângelo Prata de Carvalho; Marcela Lorenzetti) and the “Car Wash investigation” including the resulting lessons as to antitrust compliance (Vicente Bagnoli).

The academic papers gathered in this issue also deal with diversified topics.

Carlos Oliveira Cruz & Joaquim Miranda Sarmiento look at the motivations behind public and private choices

motivações por detrás das escolhas públicas e privadas que têm estado por detrás dos processos de privatização de aeroportos, por Governos e investidores, discutindo também o impacto de curto e longo prazo destas opções, usando Portugal como um estudo de caso.

Ivana Souto de Medeiros apresenta um estudo aprofundado sobre as lições da crise financeira e a regulação adotada em reação, focando-se na utilização do mecanismo de *bail-in* de instituições financeiras e a sua capacidade para impedir ou reduzir a necessidade de utilização da opção de *bail-out* e assim reduzir o impacto para o erário público das dificuldades financeiras sentidas por bancos.

Ficando ainda no plano de reformas feitas na sequência da crise financeira, Katerina Lagaria discute a criação de um sistema europeu de supervisão dos mercados de capitais e criação de um conjunto harmonizado de regras, focando a proposta da Comissão para completar a união dos mercados de capitais e reforçar os poderes da Autoridade Europeia de Mercados de Valores Mobiliários.

Lucas Catharino de Assis apresenta-nos um quadro de referência analítico para determinar se uma medida nacional que visa garantir a eficácia dos controles fiscais em situações que envolvem Estados terceiros pode ser qualificada como uma restrição à

that have been behind the processes of privatization of airports, by Governments and investors, discussing also the short and long term impact of such choices, taking Portugal as a case-study.

Ivana Souto de Medeiros presents us with an in-depth study on the lessons of the financial crisis and the regulation adopted thereafter, focusing on the bail-in mechanism for financial institutions and its ability to prevent or to reduce the need to use the bail-out option and thus reduce the impact of the financial difficulties experienced by banks on the public purse.

Remaining within the scope of reforms carried out following the financial crisis, Katerina Lagaria looks at the creation of a European supervisory system for capital markets and the development of a harmonized set of rules, focusing on the Commission's proposal to complete the capital markets union and reinforce the powers of the European Securities and Markets Authority.

Lucas Catharino de Assis provides us with an analytical frame of reference to determine if a national measure which is aimed at ensuring the effectiveness of fiscal controls in situations involving third States can be qualified as a restriction to the free circulation of capital and justified within the parameters allowed by European Union Law.

liberdade de circulação de capitais e justificada dentro dos parâmetros do direito europeu.

Raúl Vieira da Silva discute em que termos o enquadramento normativo trazido pela Lei-Quadro das Entidades Reguladoras garante, de facto, uma gestão económico-financeira dos reguladores independente do poder político. O autor realça vários aspetos em que a independência dos reguladores se encontra ainda limitada, a este nível.

Inês Neves chama-nos a atenção para um tema largamente silenciado, até agora: o impacto do novo Regulamento europeu de proteção de dados no *public enforcement* da concorrência. As conclusões da autora sugerem que o impacto não é negligenciável, sendo necessária uma abordagem cautelosa à temática, ainda que não se pareça por em causa a eficácia do *public enforcement*.

Por último, o n.º 33-34 conta ainda com um comentário de Daniela Cardoso ao Acórdão do TJUE no caso *Austria Asphalt*, que esclareceu a aplicação do Regulamento (CE) n.º 139/2004 ao controlo de empresas comuns (*joint ventures*).

Este será o último número da Revista de Concorrência & Regulação a ser publicado em papel. A partir do n.º 35, a Revista passará a ser disponibilizada *online*, em *open source*, maximizando-se o seu impacto e alargando-se o seu

Raúl Vieira da Silva discusses the terms in which the normative framework set out in the Framework-Law of Regulatory Authorities guarantees, in reality, an economic-financial management of regulators which is independent from political power. The author highlights several ways in which the independence of regulators is still limited, in this regard.

Inês Neves calls our attention to a topic which has managed to go largely unmentioned up to now: the impact of the new European Data Protection Regulation on the public enforcement of competition law. The author's conclusions suggest that the impact is not negligible, and that a careful approach to these issues is required in practice, even though the effectiveness of antitrust public enforcement does not seem to be jeopardized by the new rules.

Finally, Issue 33-34 also includes a comment by Daniela Cardoso on the ECJ's Judgment in case Austria Asphalt, which has clarified the application of Regulation (EC) 139/2004 to the control of joint ventures.

This will be the last issue of the Revista de Concorrência & Regulação to be published in paper. Starting with Issue 35, this journal will be made available online, in open source, thereby maximizing its impact and broadening its target audience, especially beyond the Portuguese

público-alvo, sobretudo além-fronteiras. Poderá ser consultada (incluindo números antigos) através do website da Autoridade da Concorrência, do IDEFF e outros.

borders. C&R will thereafter be available (including older issues) namely through the websites of the Portuguese Competition Authority and of IDEFF.

BLOCKCHAIN E CONCORRÊNCIA – UM NOVO HORIZONTE DE APLICAÇÃO?

Bruno de Zêzere Barradas

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Troca de informação. 3. Acordos de normalização. 4. Acesso à rede. 5. Priorização em função do pagamento. 6. Enforcement. 7. Conclusões.

1. INTRODUÇÃO

Blockchain é uma das palavras mais ouvidas nos últimos tempos. Também conhecida como “*Distributed Ledger Technology (DLT)*”, a *blockchain* potenciou um novo paradigma: o uso de redes descentralizadas, garantindo ainda assim um altíssimo nível de segurança, autenticidade, integridade, confiabilidade, transparência e durabilidade dos dados sujeitos a registo e segurança das transações/operações efetuadas.

Ainda que inicialmente associada à moeda virtual (redes *Bitcoin* e *Ethereum*) a *blockchain* possui um âmbito de aplicação mais vasto, extravasando o campo da moeda virtual: cuidados de saúde, *e-voting*, registo predial, redes de fornecimento, produção e abastecimento, negociação de instrumentos financeiros, etc..

A *Blockchain* surge como alternativa segura e confiável aos tradicionais sistemas de intermediação (típicos nas redes de pagamentos e de cartões) permitindo a eliminação de intermediários (descentralização), a diminuição dos custos da operação e da assimetria de poder e informação partilhada entre os agentes. Como refere Pedro Martins em “*Introdução à Blockchain*”, “*a tecnologia Blockchain possui de forma intrínseca, por conceção original e inovadora, os necessários incentivos ao correto comportamento dos agentes e à segurança da tecnologia, não sendo necessário recorrer a elementos externos*”.

A *blockchain* permite a redução de custos e dos riscos inerentes às transações, bem como protege a integridade dos dados e reduz a possibilidade de

violação ou fraude (nomeadamente, evita e garante a inexistência de situações de “*double spending*”, i.e., no caso de documentos representativos de dinheiro, a garantia de que a cada momento o documento recebido é o original e cujo valor permanece conservado/não foi utilizado).

Ao garantir o acesso à mesma informação contida em cada bloco a todos os participantes da rede sem necessidade de intervenção de terceiros, garante a segurança da informação e reduz os custos e riscos da realização da transação/ operação/troca de dados.

Não obstante a inovação, versatilidade e ganhos de eficiência e segurança que acabámos de evidenciar, aspetos que de um ponto de vista da análise própria do Direito da Concorrência sempre serão de valorizar, importa verificar quais as implicações jus concorrenciais que podem resultar da *blockchain* e, nesta medida, os aspetos a ter em conta pelos vários agentes e *stakeholders* na sua utilização e desenvolvimento.

Como ponto prévio da nossa análise, cumpre referir que o presente artigo, pelo carácter breve que o caracteriza, não pretende escarpelizar as funcionalidades, nem as implicações e enquadramento jus concorrencial deste tipo de tecnologia, mas apenas evidenciar os aspetos que nos parecem, à partida, poderem vir a merecer uma análise mais detalhada e aprofundada do ponto de vista do Direito da Concorrência e, por essa razão, serem de aprofundar e considerar na adesão, criação e utilização da *Blockchain*. Vejamos,

2. TROCA DE INFORMAÇÃO

A principal característica da *blockchain* é a transparência da informação, todos os participantes da rede possui cópias idênticas de cada um dos blocos da cadeia. Nestas partilhas estarão igualmente informações sensíveis (*v.g.*, preços) cujo conhecimento pode falsear a concorrência ou facilitar a colusão no mercado. Nesta medida, a colusão e a realização de acordos anti-concorrenciais poderá ocorrer também através do uso de algoritmos aplicáveis à informação e operações da rede.

Nesta medida, parece-nos ser de evoluir no sentido de criar ferramentas e programar os respetivos *softwares* para a prevenção de problemas jus concorrenciais.

3. ACORDOS DE NORMALIZAÇÃO

A *blockchain* conduzirá naturalmente à criação de *standards* aplicáveis aos agentes dos mercados em causa. Como referido pela CE (Par. 263 dos *Guidelines* aplicáveis aos acordos horizontais) estes acordos produzem normalmente efeitos

positivos significativos: inovação, aperfeiçoamento dos produtos e melhoria das condições da oferta.

No entanto, as preocupações jus concorrenciais deverão estar presentes na definição de *standards* e normas de funcionamento entre concorrentes. Deverá ser valorada a capacidade de determinado procedimento, condição ou *standard* para criar factores de discriminação (pela capacidade de conduzir ao encerramento do mercado) ou configurar um desincentivo à inovação e à livre concorrência entre os agentes, reduzindo a concorrência no mercado.

4. ACESSO À REDE

As redes de *blockchain* podem igualmente ser de acesso condicionado a determinado grupo ou apresentar diversos graus de acesso (*closed, permission based* ou *consortium*).

Os negócios envolvidos na tecnologia em apreço e principalmente nos casos em que exista dominância na prestação da *blockchain* estarão necessariamente vinculados a não estabelecer condições ou preços (ou mesmo recusar o acesso) que conduzam ao encerramento do mercado e à exclusão dos concorrentes devido à inexistência de alternativa viável.

5. PRIORIZAÇÃO EM FUNÇÃO DO PAGAMENTO

Igualmente controversa, é a existência de mecanismos de priorização em função do pagamento verificados nas criptomoedas (“*Paid prioritization*”), isto é, de entre as transações cuja validação se mostra necessária, os “mineiros” escolhem proceder à validação das operações que se mostrem mais rentáveis para a sua atividade.

Tais mecanismos, existindo alternativas viáveis no mercado que satisfaçam as necessidades da procura que se encontra disposta a pagar menos, não levantará, à partida, preocupações jus concorrenciais de maior. No entanto, a existência de redes a duas velocidades (“*dual speed blockchain*” em função da rentabilidade das transações) tem vindo a ser severamente criticada por vários autores, nomeadamente, no que respeita aos possíveis efeitos para os consumidores, start-ups e pequenas e médias empresas. Estes efeitos não serão certamente descuidados na supervisão das Autoridades da Concorrência junto das várias *blockchains*.

6. ENFORCEMENT

Em último lugar, chamamos à atenção para potenciais dificuldades de *enforcement* da legislação existente, nomeadamente, o direito da concorrência (mas também

em domínios como a proteção do consumidor, proteção de dados, regulação sectorial, etc..) Como decorre do que referimos *supra*, a tecnologia *blockchain* apresenta uma natureza plurigeográfica, tendencialmente internacional, que extravasa a soberania e os poderes de cada Estado em concreto, bem como, da União Europeia. Tal facto, implicará esforços acrescidos para a regulação das atividades desenvolvidas através da tecnologia providenciada pela *blockchain*.

De facto, a evolução da tecnologia permitiu aos agentes económicos – considerando neste prisma tanto pessoas singulares como coletivas – prescindir de uma ligação física ou jurídica a determinado Estado. A tecnologia *blockchain* veio permitir que a informação esteja armazenada em qualquer lugar e que uma determinada transação ou acesso ocorra sem uma conexão específica a determinado local/Estado, ou que ocorra em vários locais/Estados ao mesmo tempo.

Será interessante verificar a forma como os Estados, Tribunais e as Entidades reguladoras (ou os próprios agentes) ultrapassarão estes obstáculos e determinarão, por exemplo, qual a jurisdição competente para a resolução de determinado conflito.

Dada a construção da tecnologia *blockchain* e a natureza puramente virtual associada a algumas das entidades integrantes da rede (“*nodes*”), em alguns casos, principalmente naqueles que estes nodes virtuais não estejam oficialmente ligadas a entidades reais (pessoas singulares e coletivas), parece-nos que o *enforcement* das regras de concorrência pode ficar verdadeiramente comprometido (nomeadamente a obtenção de prova).

7. CONCLUSÕES

Encontramo-nos atualmente perante um cenário de ausência de regulação da *blockchain*. Por essa razão, entendemos que o direito da concorrência terá, desde já, um papel central na “*regulação*” do funcionamento das várias *blockchain's* que venham a ser criadas. Entendemos por essa mesma razão, existir para os agentes e intervenientes das redes de *blockchain* um dever acrescido de *compliance* e de compatibilização dos mecanismos e tecnologia criada com as atuais regras de direito da concorrência.

A regulação, a existir, dada a configuração da tecnologia *blockchain*, parece-nos ser tendencialmente de natureza internacional, sob pena da sua efetividade (e até a eficiência resultante da tecnologia em causa) ficar seriamente comprometida.

Do ponto de vista do funcionamento, são inegáveis as eficiências que podem resultar da aplicação e utilização da tecnologia *blockchain* nos processos e transações realizadas pelos governos, pelas empresas e pelas organizações em geral.

A sua aplicação para além das *Bitcoins* possibilitará a prestação de serviços mais eficientes e criação e entrada de novos *players* do mercado, mediante o desenvolvimento dos negócios e interação num modelo descentralizado e com clara diminuição (ou exclusão) da assimetria de poder e informação.

No entanto, as características que lhe atribuem maior vantagem na utilização (a partilha, a verificabilidade, a publicidade e a acessibilidade), são também aquelas que implicam uma análise jus concorrencial atenta.

Por tudo quanto foi dito, parece-nos que a tecnologia *blockchain* irá certamente merecer o olhar atento e um escrutínio adicional por parte das entidades reguladoras sectoriais e, em especial, pelas Autoridades da Concorrência Nacionais e pela Direção Geral da Concorrência. Cremos que a inovação potenciada pela *blockchain* conduzirá ao profícuo desenvolvimento do direito da concorrência e a sua concretização nas áreas da tecnologia, nomeadamente, através do contínuo balanço económico dos ganhos e dos efeitos negativos resultantes da evolução deste tipo de tecnologia.

Como referido pela Comissária para a Concorrência, Margrethe Vestager “[a]s competition enforcers, I think we need to make it very clear that companies cannot escape responsibility for collusion by hiding behind a computer program”. Para tal acreditamos que, entre outros aspetos será igualmente de concretizar mecanismos de identificação das entidades participantes da rede, bem como das entidades responsáveis validação das operações (como os “Mineiros” no caso da rede *Bitcoin*), de forma a possibilitar o *enforcement* das regras de concorrência perante violações das disposições contidas na Lei da Concorrência e no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

NOTAS CURRICULARES

ANGELO GAMBA PRATA DE CARVALHO

Mestrando em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Membro do Grupo de Estudos Constituição, Empresa e Mercado (GECEM/UnB). Advogado.

Master's degree student in Law from the University of Brasília (UnB). Graduate in Law from the University of Brasília (UnB). Member of the Constitution, Enterprise and Market Research Group. Lawyer.

BRUNO DE ZÉZERE BARRADAS

Advogado Cuatrecasas. Pós-Graduado em Direito e Prática da Contratação Pública pela Universidade Católica de Lisboa e em Regulação e Concorrência pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal. Mestrado em Direito e Gestão na Universidade Católica de Lisboa.

Lawyer at Cuatrecasas. Postgraduated in Public Procurement by Universidade Católica de Lisboa. Postgraduated in Competition by the Institute for Economic, Financial and Tax Law of the Faculty of Law of the University of Lisbon (IDEFF), Master in Law and Business by the Católica Lisbon School of Business & Economics and Católica Law School.

CARLOS OLIVEIRA CRUZ

Professor Auxiliar no Instituto Superior Técnico (Universidade de Lisboa) onde obteve o doutoramento em Engenharia Civil com tema em Parcerias Público-Privadas. Em 2011 foi *Visiting Scholar* na John F. Kennedy School of Government (Harvard University) onde desenvolveu investigação na área da renegociação de contratos. Desempenhou ainda as funções de Assessor na Secretaria de Estado dos Transportes no XVII Governo (2005-2006). Foi ainda consultor de entidades públicas e privadas no domínio dos transportes e PPPs em Portugal, Sérvia, Cabo Verde, Iraque, Angola e Brasil. Entre 2014-2016 Foi Vice-Presidente do *Instituto de Engenharia de Estruturas, Território e Construção (ICIST)*.

Assistant Professor at the Civil Engineering Department at the Technical University of Lisbon (Portugal) where he obtained his PhD on Public Private

Partnerships (PPPs). In 2011 he was also a Visiting Scholar at the Kennedy School of Government (Harvard University), where he focused his research on contractual PPPs and contract renegotiation. He served as an Advisor to the Portuguese Secretary of State for Transportation (2005–2006). He has worked as a consultant for several public and private entities, in Portugal, Serbia, Cape Verde, Iraq, Angola and Brazil. Between 2014 and 2016, Carlos was Vice-President at the ICIST – IST.

CATARINA PINTO XAVIER

Licenciada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2008). Diplomada pela Academia Europeia de Direito Público da EPLO – European Public Law Organization (2011). Pós-Graduação em Contencioso Administrativo na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2012). Advogada na SLCM // Serra Lopes, Cortes Martins & Associados.

Law degree from the Classic University of Lisbon (2008). Certified by the European Academy of Public Law of the EPLO – European Public Law Organization (2011). Post-graduate course in Administrative Litigation from the Faculty of Law of the Classic University of Lisbon (2012). Lawyer at SLCM // Serra Lopes, Cortes Martins & Associados.

DANIELA MARQUES CARDOSO

Mestre em Direito da União Europeia (LL.M Law in a European and Global Context) pela Universidade Católica Portuguesa e pela European Law School da Universidade de Maastricht. Licenciatura em Direito pela Universidade do Minho. Advogada.

Master Degree in European Union Law (LL.M Law in a European and Global Context) from Catholic Portuguese University and from the European Law School – University of Maastricht. Graduate in Law from Universidade do Minho. Lawyer.

DANILO SÉRGIO DE SOUZA

Mestre em Direito Econômico – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mestre em Direito e Economia – Faculté de Droit de l'Université de Paris (Paris V). Advogado – Erhardt Advogados.

Master's degree in Economic Law from the Faculty of Law of the University of São Paulo. Master's degree in Law and Economy from the Faculty of Law of the University of Paris (Paris V). Lawyer – Erhardt Lawyers.

ENRICO RILHO SANSEVERINO

Doutorando em Direito pela Universidade de Lisboa (ULisboa). Mestre em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Coimbra (UC). Licenciado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Advogado.

Doctoral student in Law from the University of Lisbon. Master Degree in Criminal Law from the University of Coimbra. Graduate in Law from the Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Lawyer.

INÊS NEVES

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP). Vencedora do I Moot Court português de Direito da Concorrência. Colaboradora externa no Centro de Investigação Jurídico-Económica (CIJE).

Law Student at the University of Porto Law School. Winner of the first Portuguese Competition Law Moot Court. Collaborator researcher at CIJE.

IVANA SOUTO DE MEDEIROS

Mestranda em Direito e Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa (ULisboa). Licenciada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Advogada.

Master's student in Legal Sciences from the University of Lisbon. Graduate in Law from the Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Lawyer.

FRANCISCO ESPREGUEIRA MENDES

LLM (DES – Diplôme d'Études Spécialisés) em Direito Europeu e Internacional pela Universidade Católica de Louvain-la-Neuve, na Bélgica. Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa. Advogado.

LLM (DES – Diplôme d'Études Spécialisés) in European and International law from Catholic University Louvain-la-Neuve, in Belgium. Graduate in law from Faculty of Law of Catholic Portuguese University. Lawyer.

FREDERICO MACHADO SIMÕES

Mestrando em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Lisboa (ULisboa). Licenciado em Direito pela ULisboa. Investigador não integrado no Centro de Investigação de Direito Penal e Ciências Criminais. Advogado Estagiário na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados.

Master's student in Criminal Law from the University of Lisbon. Graduate in Law from the University of Lisbon. Non-integrated researcher in the Criminal Law and Criminal Sciences Institute. Trainee Lawyer at Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados.

JOAQUIM MIRANDA SARMENTO

Ph.D. em Finanças pela Tilburg University, Mestre em Finanças pelo ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e Licenciado em Gestão pelo ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão. Realizou uma pós-graduação em Fiscalidade no IDEFE/ISEG, o Programa Avançado em Parcerias Público-Privadas na Universidade Católica e o “Driving government performance”, na Kennedy School of Government, Harvard University. Atualmente é Professor Auxiliar de Finanças no ISEG, tendo sido Assistente entre 2007 e 2014 e docente convidado na Católica Lisbon School. É investigador no Observatório das PPPs da Católica. É docente convidado em diversas universidades nacionais e estrangeiras.

Tem cerca de 20 publicações académicas internacionais e mais de 100 publicações académicas nacionais. É autor de diversos livros sobre Finanças Públicas, Fiscalidade e PPPs.

Foi assessor económico do Presidente da República Prof. Cavaco Silva, entre 2012 e 2016. Trabalhou cerca de dez anos no Ministério das Finanças e foi consultor da UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental) da Assembleia da República.

Ph.D in Finance, from Tilburg University. Master in Finance from ISCTE. Undergraduate in Management from ISEG. Have an executive course in Taxation from IDEFE/ISEG, an executive course in PPPs from Catolica Lisbon School and the “Driving government performance”, at Kennedy School of Government, Harvard University.

Currently is Assistant Professor at ISEG, where have been teaching since 2007. Is also an invited professor at Catolica Lisbon School and several national and international universities.

Have over 20 international academic publications and more than 100 national academic publications. Have several books about Public Finance, Taxation and PPPs.

From 2012 to 2016 have served as the President of the Republic Cavaco Silva Chief Economic Advisor. Previously worked 10 years at the Minister of Finance and was also a consultant at UTAO.

KATERINA LAGARIA

PhD em Estudos internacionais, Europeus e Regionais pela Universidade de Ciências Sociais e Políticas de Panteion. Actualmente, é consultora do Vice-Presidente do Banco da Grécia. Os seus interesses de investigação incluem a integração europeia, a regulação dos mercados financeiros da União Europeia, a União de Mercados de Capitais, a regulação da concorrência e o reconhecimento mútuo, assim como a harmonização dos serviços financeiros. Publicou em 2017 o livro “EU capital markets- a constantly changing regulatory framework” [em grego]. Em 2008, recebeu o prémio Robert Schuman pela sua tese de Mestrado.

PhD in International, European and Regional Studies from Panteion University of Social and Political Sciences. Currently, is advisor to the Deputy Governor of the Bank of Greece. Her research interests include European integration, regulation of EU financial markets, the Capital Markets Union, regulatory competition and mutual recognition, as well as harmonization and passporting in the field of financial services. Her book published in 2017 is entitled: “EU capital markets – a constantly changing regulatory framework” [in Greek]. In 2008, she was awarded for her Master’s thesis the Robert Schuman Award by the Hellenic University Association for European Studies (EPEES).

LEYRE PRIETO

Licence em Direito Europeu e Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de Paris 1 – Panthéon – Sorbonne. Licenciatura em Direito pela Universidade de Oviedo/UNED. Curso Geral de Gestão na Universidade Católica do Porto. Advogada.

Licence in European and International law from Faculty of Law of University of Paris 1 – Panthéon – Sorbonne. Graduate in law from University of Oviedo/UNED. Management Course from Catholic University of Porto. Lawyer.

LUCAS CALAFIORI CATHARINO DE ASSIS

Mestrando em Direito pela Universidade de Lisboa (ULisboa). Pós-graduado em Direito Tributário pelo Instituto de Brasileiro de Estudos Tributários – IBET. Bacharel em Direito pelo CESUSC. Advogado.

Master student in Law from the University of Lisbon. Specialized in tax law from the Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET. Graduate in Law from CESUSC. Lawyer.

MARCELA LORENZETTI

Pós-graduanda em Direito Econômico pela Fundação Getúlio Vargas (GVLaw).
Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC/SP). Advogada.

*Post-graduation student in Economic Law from the Fundação Getúlio Vargas.
Graduate in Law from the Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Lawyer.*

MARIA GABRIELA CASTANHEIRA BACHA

Candidata no LLM em Direito, Ciência e Tecnologia na Faculdade de Direito
de Stanford. Especialista em Direito Econômico pela Fundação Getúlio Vargas.
Graduada em Direito pela Fundação Getúlio Vargas.

*LL.M. candidate in Law, Science and Technology at Stanford Law School.
Specialist in Economic Law from Fundação Getúlio Vargas. Graduate in Law
from Fundação Getúlio Vargas.*

MIGUEL PENA MACHETE

Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa
de Lisboa (1992) e mestrado em Direito Econômico (2005). Advogado. Sócio
da SLCM // Serra Lopes, Cortes Martins & Associados.

*Law degree from the College of Law of Lisbon Catholic University (1992).
Master Degree in Economic Law (2005). Lawyer. Partner at SLCM // Serra
Lopes, Cortes Martins & Associados.*

RITA DE SOUSA COSTA

Mestranda em Direito Administrativo – Minor em Protecção de Dados,
pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Escola de
Lisboa). Programa de Formação de Executivos em Regulamentação Geral de
Protecção de Dados, pela Católica-Lisbon School of Business & Economics.
Licenciada em Direito pela Escola de Direito da Universidade do Minho.
Membro Colaborador do Centro de Estudos em Direito da União Europeia
da Universidade do Minho.

*Master's student in Administrative Law – Minor in Data Protection from the
Faculty of Law of the Catholic University of Portugal (Lisbon School). Executive
Programme on General Data Protection Regulation from the Católica-Lisbon
School of Business & Economics. Graduate in Law from the University of Minho
School of Law. Collaborating Member of the Centre of Studies in European Union
Law of the University of Minho.*

RAÚL VIEIRA DA SILVA

Mestre em Ciências Jurídico-Financeiras pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Licenciado em Direito.

Master's Degree in financial law from the University of Lisbon. Graduated in Law.

PETER FREEMAN

Advogado que desempenhou cargos sénior em *competition enforcement* no Reino Unido. De 2006 a 2011, foi Presidente da Comissão de Competição, tendo sido Vice-Presidente desde 2003. De 2011 a 2013, foi consultor sénior na sociedade de advogados Cleary Gottlieb Steen & Hamilton. De 1973 a 2003, praticou advocacia na sociedade Simmons & Simmons, tendo se tornado sócio em 1978. Foi Sócio Gerente do Departamento Comercial de 1994 a 1999 e Presidente do Grupo de Prática de EC e Direito da Concorrência de 1987 a 2003. Em 2012, tornou-se membro do “Lloyds Enforcement Appeal Tribunal”.

Foi um dos membros fundadores e presidiu o Instituto de Política Regulatória, Oxford. Têm escrito vastamente em matérias de direito da competição e da regulação. É membro do “Advisory Board of the International Competition Forum”, Universidade de St. Gallen, e do Conselho Científico da Concorrência e Regulação, Lisboa. É Presidente do “Human Fertilisation and Embryology Authority’s Appeals Committee”.

Lawyer who has held senior posts in UK competition enforcement. From 2006 to 2011, he was Chairman of the Competition Commission, having been a Deputy Chairman from 2003. From 2011 to 2013, he was a senior consultant to the law firm Cleary Gottlieb Steen & Hamilton. From 1973 to 2003, he practised at the law firm Simmons & Simmons, being made a partner in 1978. He was Managing Partner of the firm’s Commercial and Trade Law Department from 1994 to 1999 and Head of the EC and Competition Law Practice Group from 1987 to 2003. In 2012, he became a member of the Lloyds Enforcement Appeal Tribunal.

Founding member and chairman of the Regulatory Policy Institute, Oxford, and has written and spoken widely on competition and regulatory law matters. He is a member of the Advisory Board of the International Competition Forum, University of St Gallen, and of the Scientific Board of Concorrência e Regulação, Lisbon. He is a Governor of Kingswood School, Bath, and Chair of the Human Fertilisation and Embryology Authority’s Appeals Committee.

VICENTE BAGNOLI

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Universidade de São Paulo. Pesquisador visitante para Pos Doc no Instituto Max Planck de Inovação e Concorrência. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Membro da ASCOLA. Membro do Observatório de Aplicação do Direito da Concorrência da Universidade Católica Portuguesa do Porto. Consultor não governamental da ICN. Consultor Temporário do Banco Mundial. Conselheiro do IBRAC. Presidente da Comissão de Estudos da Concorrência e Regulação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil, São Paulo (2013-2015). Sócio de Vicente Bagnoli Advogados. bagnoli@vicentebagnoli.com.br

Professor of Law at Mackenzie University. PhD in Philosophy and General Theory of Law at Sao Paulo University – Law School. Master in Economic and Political Law at Mackenzie University – Law School. visiting researcher for Pos Doc at Max Planck Institute for Innovation and Competition. Member of ASCOLA. Member of the scientific committee of the Observatory on Competition Law Enforcement – Portuguese Catholic University of Porto. Nongovernmental advisor of ICN. World Bank Group Short Term Consultant. Counselor of IBRAC. President of the Antitrust Section of the Brazilian Bar Association, Sao Paulo (2013–2015). Partner of Vicente Bagnoli Attorneys at Law. bagnoli@vicentebagnoli.com.br

ÍNDICE CONSOLIDADO POR TEMAS

- 338 Concorrência – Questões gerais
- 338 *Questões processuais*
- 339 *Private enforcement*
- 341 *Nemo tenetur se ipsum accusare*
- 342 *Outros*
- 343 Concorrência – Práticas restritivas
- 343 *Geral*
- 344 *Abuso de posição dominante*
- 345 *Restrições verticais*
- 345 *Restrições horizontais*
- 347 Concorrência – Controlo de concentrações
- 347 Concorrência – Auxílios de Estado
- 348 Financeiro e bancário
- 351 Seguros
- 351 Comunicações eletrónicas
- 351 Energia
- 352 Saúde
- 352 Autoridades Reguladoras e Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão
- 353 Regulação do comércio e concorrência desleal
- 354 Contratação pública
- 354 Direito contraordenacional e processual penal
- 356 Ambiente
- 357 Transportes
- 357 Artigos transversais e outros

Concorrência – Questões gerais

Questões processuais

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
4	Patrícia Lopes	<i>Segredos de negócio versus direitos da defesa do arguido nas contraordenações da concorrência</i>
4	Helena Gaspar Martinho	<i>Acórdão do Tribunal de Justiça de 14 de Setembro de 2010 no Processo C-550/07 P, Akzo Nobel Chemicals Ltd e Akros Chemicals Ltd c. Comissão Europeia</i>
6	Sara Rodrigues/ Dorothee Serzedelo	<i>O Estado português seria condenado? As buscas efetuadas pela Autoridade da Concorrência e o artigo 6.º, n.º 1, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem</i>
6	Carla Farinhas	<i>Acórdão do Tribunal de Justiça de 3 de Maio de 2011 no Processo C-375/09 –Tele2Polska</i>
7-8	Alexander Italianer	<i>The European Commission's New Procedural Package: Increasing Interaction With Parties and Enhancing the Role of the Hearing Officer</i>
9	João Espírito Santo Noronha	<i>Impugnação de decisões da Autoridade da Concorrência em procedimento administrativo</i>
9	Helena Gaspar Martinho	<i>Acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem de 27 de setembro de 2011, Petição n.º 43509/08, A. Menarini Diagnostics SLR c. Itália</i>
10	Márcio Schlee Gomes	<i>As buscas e apreensões nos escritórios de advogados de empresas</i>
11-12	Paulo de Sousa Mendes	<i>O problema da utilização de elementos recolhidos em ações de supervisão como meios de prova em processo sancionatório</i>
16	Paulo de Sousa Mendes	<i>Eficácia das sanções e transações</i>
17	Helena Gaspar Martinho	<i>Acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos de 2 de outubro de 2014, Petição n.º 97/11, Delta Pekárny A.S. c. República Checa [Buscas e inspeções]</i>

22	Jeroen Capiiau/ Virgílio Mouta Pereira	<i>The Easyjet Case and the rejection of complaints when they have already been dealt with by another Member of the ECN</i>
23-24	Eva Lourenço	<i>O Acórdão Vinci Construction e GTM Génie Civil et Services c. França, do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH), de 2 de abril de 2015, n.ºs 63629/10 e 60567/10</i>
25	Francisco Marcos	<i>Blowing hot and cold: the last word of the Supreme Court on setting fines for competition law infringements in Spain</i>
25	Mateusz Blachuki	<i>Judicial control of guidelines on antimonopoly fines in Poland</i>
25	Luís Miguel Romão/ Miguel Alexandre Mestre	<i>Conteúdo e extensão do direito à confidencialidade das comunicações entre advogado e cliente à luz do direito comunitário e do direito nacional – Parte I</i>
26	Margarida Caldeira	<i>Acórdão do Tribunal Constitucional de 8 de junho de 2016, Peugeot Portugal Automóveis, S.A. contra Autoridade da Concorrência – Efeito devolutivo da interposição do recurso de impugnação judicial</i>
31	Patrícia Oliveira	<i>Acesso das visadas a documentação confidencial com potencial valor exculpatório nas contraordenações do Direito da Concorrência: análise jurisprudencial</i>
32	Luís Miguel Romão / Alexandre Miguel Mestre	<i>Conteúdo e extensão do direito à confidencialidade das comunicações ntre advogado e cliente à luz do Direito Comunitário e do Direito nacional (Parte II)</i>
32	Tânia Luísa Faria	<i>Os efeitos dos recursos judiciais em processo de contraordenações da Autoridade da Concorrência: uma interpretação sistemática</i>

Private enforcement

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
4	Alberto Saavedra	<i>The relationship between the leniency programme and private actions for damages at the EU level</i>
9	Assimakis Komninos	<i>Private Antitrust Damages Actions in the EU: Second Generation Questions</i>

10	Alberto Saavedra	<i>Access by National Courts and Private Plaintiffs to Leniency Documents Held by the Commission</i>
10	Leonor Rossi/ Miguel Sousa Ferro	<i>Private Enforcement of Competition Law in Portugal (I): An Overview of Case-law</i>
10	Catarina Anastácio	<i>Acórdão do Tribunal de Justiça de 14 de junho de 2011, no Processo C-360/09, Pfleiderer AG v. Bundeskartellamt</i>
11-12	José Robin de Andrade	<i>Apresentação sobre a nova Lei de Arbitragem Voluntária e a aplicação do direito da concorrência pelos tribunais arbitrais</i>
11-12	Christopher Hodges	<i>New Modes of Redress for Consumers and Competition Law</i>
11-12	Laurence Idot	<i>Arbitration, European Competition Law and Public Order</i>
11-12	Assimakis P. Komninos	<i>Arbitration and EU Competition Law</i>
13	Leonor Rossi/ Miguel Sousa Ferro	<i>Private Enforcement of Competition Law in Portugal (II): Actio Popularis – Facts, Fictions and Dreams</i>
14-15	Fernanda Paula Stolz	<i>A defesa da concorrência no Mercosul e a responsabilidade civil por ilícitos concorrenciais</i>
14-15	Fernando Xarepe Silveiro	<i>Acórdão do Tribunal de Justiça de 6 de junho de 2013, no Processo C-536/11, Bundeswettbewerbshörde v. Donau Chemie AG</i>
18	Nuno Calaim Lourenço	<i>The European Commission's Directive on Antitrust Damages Actions</i>
19	João Espírito Santo Noronha	<i>Litigância jurídico-privada e Direito da Concorrência – A Diretiva n.º 2014/104/UE, de 26 de novembro de 2014: divulgação de elementos de prova, efeitos das decisões nacionais, prazos de prescrição e responsabilidade solidária</i>
20-21	Marco Botta/ Natalie Harsdorf	<i>The Judgement of the European Court of Justice in Kone: Any Real Added Value?</i>
22	Ricardo Alonso Soto	<i>La aplicación privada del Derecho de la competencia</i>
22	Antonio Robles Martín- -Laborda	<i>La Directiva 2014/104/UE sobre daños antitrust y la configuración del Derecho español de daños</i>
22	Leonor Rossi/ Miguel Sousa Ferro	<i>O “private enforcement” do direito da concorrência e o acesso a elementos de prova</i>

22	Antonio Davola	<i>Empowering consumers through competition: A study on the creation of a European antitrust claims market</i>
22	Vasil Savov	<i>Quel role du regroupement de creances indemnitaires par voie de cession pour la reparation du prejudice subi en raison d'infractions commises au droit de la concurrence ?</i>
26	Maria João Melícias	<i>The art of consistency between public and private antitrust enforcement: practical challenges in implementing the Damages Directive in Portugal</i>
26	Miguel Sousa Ferro	<i>Workshop consultivo sobre o anteprojeto de transposição da diretiva 2014/104/UE – Relatório Síntese</i>
26	Autoridade da Concorrência	<i>Enquadramento da consulta pública da proposta de anteprojeto de transposição da Diretiva Private Enforcement; Relatório sobre a consulta pública da proposta de anteprojeto de transposição da Diretiva Private Enforcement; Exposição de motivos anexa à Proposta de Anteprojeto submetida ao Governo; e Proposta de Anteprojeto de transposição da Diretiva Private Enforcement</i>
27-28	Maria Elisabete Ramos	<i>Situação do “private enforcement” da concorrência em Portugal</i>
31	Catarina Varajão Borges, Inês Neves, Ricardo Tavares & Tiago Monfort	<i>Sobre o prazo de prescrição e outros aspetos da Diretiva 2014/104/UE</i>

Nemo tenetur se ipsum accusare

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
1	Paulo de Sousa Mendes	<i>As garantias de defesa no processo sancionatório especial por práticas restritivas da concorrência confrontadas com a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem</i>
1	Helena Gaspar Martinho	<i>O direito ao silêncio e à não auto-incriminação nos processos sancionatórios do Direito da concorrência – Uma análise da jurisprudência comunitária</i>
1	Vânia Costa Ramos	<i>Nemo tenetur se ipsum accusare e concorrência – Jurisprudência do Tribunal de Comércio de Lisboa</i>

1	Catarina Anastácio	<i>O dever de colaboração no âmbito dos processos de contra-ordenação por infração às regras de defesa da concorrência e o princípio nemo tenetur se ipsum accusare</i>
1	Augusto Silva Dias	<i>O direito à não-inculpação no âmbito das contra-ordenações do Código dos Valores Mobiliários</i>
11-12	Diana Alfafar	<i>O dever de colaboração e o nemo tenetur se ipsum accusare no direito sancionatório da concorrência</i>
23-24	Angélica Rodrigues Silveira	<i>“Nemo tenetur se ipsum accusare” e o dever de colaboração: análise do caso Web c. Austria da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos</i>
31	Tiago Costa Andrade	<i>Nemo tenetur se ipsum accusare: um novo olhar a partir do Direito da Concorrência, no sentido da sua extensão ao processo contra-ordenacional e às pessoas colectivas</i>

Outros

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
1	João Espírito Santo Noronha	<i>Algumas reflexões na perspectiva de uma reforma da Lei da Concorrência</i>
1	Luís Silva Morais	<i>Evolutionary Trends of EC Competition Law – Convergence and Divergence with US Antitrust Law in a Context of Economic Crisis</i>
5	Gonçalo Anastácio	<i>Aspectos normativos decisivos para a modernização do direito da concorrência em Portugal</i>
7-8	Fernando Herren Aguillar/ Diogo R. Coutinho	<i>A evolução da legislação antitruste no Brasil</i>
7-8	Vinícius Marques de Carvalho/ Ricardo Medeiros de Castro	<i>Política industrial, campeões nacionais e antitruste sob a perspectiva brasileira: Uma avaliação crítica</i>
10	João Espírito Santo Noronha	<i>A aplicação no tempo do novo Regime Jurídico da Concorrência</i>
10	Paulo de Sousa Mendes	<i>O contencioso da concorrência: Balanço e perspetivas em função da reforma do direito da concorrência português</i>

19	Lúcio Tomé Feteira	<i>Entre eficiência e desenvolvimento: Reflexões sobre o Direito da Concorrência nos países em vias de desenvolvimento</i>
22	Francisco Portugal	<i>Impact of taxes on competition: the legal status quo in the European Union</i>
23-24	António Ferreira Gomes	<i>IV Conferência de Lisboa sobre Direito e Economia da Concorrência: discursos de abertura e de encerramento</i>
26	Miguel Moura e Silva	<i>As operações sobre valores mobiliários e o direito da concorrência</i>
27-28	Mary Catherine Lucey	<i>Economic crisis and competition law in Ireland and Portugal</i>

Concorrência – Práticas restritivas

Geral

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
3	Cristina Camacho	<i>O sistema de competências paralelas e o princípio “non bis in idem”</i>
3	Ana Perestrelo de Oliveira/ Miguel Sousa Ferro	<i>The sins of the son: parent company liability for competition law infringements</i>
9	Nuno Carroulo dos Santos	<i>Like running water? The Interplay Between Antitrust and Online Music Licensing</i>
10	Fernando Xarepe Silveiro	<i>O regime jurídico da clemência na nova Lei da Concorrência: Novas valências, novos desafios</i>
13	Stéphane Rodrigues	<i>Les services sociaux d'intérêt général dans la jurisprudence de la Cour de Justice de l'Union Européenne</i>
18	Harry First/ Spencer Weber Waller	<i>Antitrust's Democracy Deficit</i>
26	Francisco Hernández Rodríguez/José Antonio Rodríguez Miguez	<i>La aplicación descentralizada del derecho de la competencia: la experiencia española</i>

Abuso de posição dominante

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
1	João E. Gata/ Jorge Rodrigues	<i>Uma perspectiva económica sobre abuso de posição dominante – A distribuição de gelados de impulso a nível europeu</i>
1	Miguel Moura e Silva	<i>A tipificação do abuso de posição dominante enquanto ilícito contra-ordenacional</i>
5	Ioannis Kokkoris	<i>Should the Dominance Test Have Been Changed?</i>
5	António Pedro Santos	<i>Acórdão do Tribunal de Justiça de 17 de Fevereiro de 2011 no Processo C-52/09, Telia–Sonera (Abuso de posição dominante sob a forma de esmagamento de margens pela empresa TeliaSonera)</i>
6	Damien Neven/Hans Zenger	<i>Some remarks on pricing abuses and exclusionary conduct</i>
6	João Ilhão Moreira	<i>Preços predatórios: Encontros e desencontros de jurisprudência e pensamento económico</i>
7-8	Vicente Bagnoli	<i>Um balanço crítico do desenvolvimento da política de concorrência no Brasil nos últimos 15 anos e o início da repressão das condutas unilaterais – Abuso de posição dominante</i>
7-8	Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo	<i>A eficácia jurídica da norma de preço abusivo</i>
9	Miguel Moura e Silva	<i>Os abusos de exploração sobre os consumidores: Uma revolução silenciosa no novo regime nacional de proibição do abuso de posição dominante?</i>
14-15	Konstantina Bania	<i>Abuse of dominance in online search: Google’s special responsibility as the new bottleneck for content access</i>
14-15	Lucas Saretta Ferrari	<i>Google e o direito europeu da concorrência: abuso de posição dominante?</i>
29	Tânia Luísa Faria	<i>Direito da concorrência e big data: ponto da situação e perspetivas</i>

Restrições verticais

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
4	Miguel Gorjão-Henriques/ Miguel Sousa Ferro	<i>The latest reform of EU Competition Law on Vertical Restraints</i>
4	Laurence Idot	<i>La pratique de l'Autorité française de concurrence en matière de restrictions verticales</i>
4	Ioannis Lianos	<i>Upfront access payment, category management and the new regulation of vertical restraints in EU Competition Law: importing the retail side of the story</i>
5	Jean-François Bellis	<i>The new EU rules on vertical restraints</i>
7-8	Paula Vaz Freire	<i>O poder de compra e as restrições verticais determinadas pela procura</i>
7-8	Nuno Cunha Rodrigues	<i>Acórdão do Tribunal de Justiça de 4 de outubro de 2011, nos Processos C-403/08 e C429/08, Murphy Football Association Premier League Ltd e o. / QC Leisure e o. e Karen Murphy / Media Protection Services Ltd</i>

Restrições horizontais

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
1	João Matos Viana	<i>Acórdão do Tribunal de Primeira Instância de 8 de Julho de 2008 – Processo T-99/04 (Os conceitos de autor e cúmplice de uma infração ao artigo 81.º TCE)</i>
2	João Pateira Ferreira	<i>Acórdão do Tribunal de Justiça de 4 de Junho de 2009 (3ª secção) no Processo C-8/08, T-Mobile Netherlands BV e o. c. Raad van bestuur van de Nederlandse Mededingingsautoriteit (Práticas concertadas entre empresas, trocas de informações e infrações concorrenciais por objecto e/ou por efeito)</i>
4	Arianna Andreangeli	<i>Modernizing the approach to article 101 TFEU in respect to horizontal agreements: has the Commission's interpretation eventually “come of age”?</i>

4	Silke Obst/ Laura Stefanescu	<i>New block exemption regulation for the insurance sector – main changes</i>
6	Donald I Baker/Edward A. Jesson	<i>Adam Smith, modern networks and the growing need for antitrust rationality on competitor cooperation</i>
6	Luís D. S. Morais	<i>The New EU Framework of Horizontal Cooperation Agreements</i>
6	Fernando Pereira Ricardo	<i>As infracções pelo objecto do artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia na jurisprudência da União Europeia</i>
6	Cristina Camacho/ Jorge Rodrigues	<i>Using Economic Evidence in Cartel Cases: A Portuguese Case Study</i>
6	João Pateira Ferreira	<i>A aplicação da Lei da Concorrência às decisões de associações de empresas na jurisprudência do Tribunal do Comércio de Lisboa</i>
13	Imelda Maher	<i>The New Horizontal Guidelines: Standardisation</i>
13	Margarida Caldeira	<i>Acórdão do Tribunal de Justiça de 28 de fevereiro de 2013, no Processo C-1/12, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas v. Autoridade da Concorrência – Aplicação das regras de concorrência a ordens profissionais</i>
16	Margarida Caldeira	<i>Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 7 de janeiro de 2014 e Decisão Sumária do Tribunal Constitucional de 21 de maio de 2014, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas contra Autoridade da Concorrência</i>
18	João Cardoso Pereira	<i>Judgment of the Court (Third Chamber) of 11 September 2014, Groupement des cartes bancaires (CB) v European Commission (Groupement des Cartes Bancaires: Reshaping the Object Box)</i>
19	Margarida Caldeira	<i>Acórdão do Tribunal Constitucional de 16 de Dezembro de 2014, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas contra Autoridade da Concorrência – Aplicação das regras de concorrência a ordens profissionais e foro competente</i>

Concorrência – Controlo de concentrações

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
1	António Gomes	<i>Minority Shareholders and Merger Control in Portugal</i>
2	Carlos Pinto Correia/ António Soares	<i>Tender offers and merger control rules</i>
4	Fernando Pereira Ricardo	<i>A aquisição de participações ou de ativos da empresa insolvente e o conceito de concentração de empresas</i>
5	Miguel Mendes Pereira	<i>Natureza jurídica e função de compromissos, condições e obrigações no controlo prévio de concentrações</i>
7-8	Pedro Costa Gonçalves	<i>Controlo de concentração de empresas no direito português (uma visão jus-administrativista)</i>
7-8	Ana Paula Martinez	<i>Histórico e desafios do controle de concentrações econômicas no Brasil</i>
10	Luis Ortiz Blanco/ Alfonso Lamadrid de Pablo	<i>Del test de posición dominante al test OSCE (Historia y evolución de los criterios de prohibición y autorización de las concentraciones entre empresas en el Derecho europeo, 1989 – 2004)</i>
31	Maria Teresa Capela	<i>Controlo de concentrações e o n.º 14 do artigo 145.º-N do RGICSF: uma exceção à obrigação de notificação prévia?</i>

Concorrência – Auxílios de Estado

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
3	Piet Jan Slot	<i>The credit crisis and the Community efforts to deal with it</i>
3	Manuel Porto/ João Nogueira de Almeida	<i>Controlo negativo, controlo positivo ou ambos?</i>
3	António Carlos dos Santos	<i>Crise financeira e auxílios de Estado – risco sistémico ou risco moral?</i>
3	Ana Rita Gomes de Andrade	<i>As energias renováveis – Uma luz verde aos auxílios de Estado?</i>
3	Marco Capitão Ferreira	<i>Decisão da Comissão Europeia relativa à garantia estatal concedida pelo Estado português ao Banco Privado Português</i>

11-12	Alexandra Amaro	<i>Auxílios de Estado e contratos públicos: Os limites do concurso</i>
17	Ricardo Pedro	<i>Auxílios de minimis 2014-2010: notas à luz do Regulamento (UE) n.º 1407/2013</i>
20-21	João Zenha Martins	<i>Consultoria em inovação e o redesenho dos apoios ao emprego e à formação no Regulamento (UE) n.º 651/2014</i>
27-28	Edmilson Wagner dos Santos Conde	<i>Poderão as decisões dos órgãos jurisdicionais que atribuem indemnizações constituir auxílios de Estado?</i>
27-28	Luis Seifert Guincho	<i>State aid and systemic crises: appropriateness of the European State aid regime in managing and preventing systemic crises</i>
27-28	Mariana Medeiros Esteves	<i>Os auxílios de Estado sob a forma fiscal e o combate da concorrência fiscal prejudicial na União Europeia</i>
27-28	Ricardo Quintas	<i>A incongruência judicativa de uma deliberação positiva de compatibilidade de um auxílio de Estado não notificado</i>

Financeiro e bancário

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
2	René Smits	<i>Europe's Post-Crisis Supervisory Arrangements – a Critique</i>
2	José Nunes Pereira	<i>A caminho de uma nova arquitetura da supervisão financeira europeia</i>
2	Pedro Gustavo Teixeira	<i>The Evolution of Law and Regulation and of the Single European Financial Market until the Crisis</i>
2	Paulo de Sousa Mendes	<i>How to deal with transnational market abuse? – the Citigroup case</i>
2	Luís Máximo dos Santos	<i>A reforma do modelo institucional de supervisão dos setores da banca e dos seguros em França</i>
2	José Renato Gonçalves	<i>A sustentabilidade da zona euro e a regulação do sistema financeiro</i>
2	Paulo Câmara	<i>“Say on Pay”: o dever de apreciação da política remuneratória pela assembleia geral</i>

3	Nuno Cunha Rodrigues	<i>Acórdão do Tribunal de Justiça de 8 de julho de 2010 (1ª secção) no Processo C-171/08 – Comissão c. Portugal (Crónica de uma morte anunciada?)</i>
7-8	Paulo de Sousa Mendes	<i>A derrogação do segredo bancário no processo penal</i>
7-8	Felipe Hochscheidt Kreutz	<i>O segredo bancário no processo penal</i>
7-8	Madalena Perestrelo de Oliveira	<i>As alterações ao Regime Geral das Instituições de Crédito: o fim da era do sigilo bancário?</i>
9	Luís Guilherme Catarino	<i>A “agencificação” na regulação financeira da União Europeia: Novo meio de regulação?</i>
9	Luís Máximo dos Santos	<i>O novo regime jurídico de recuperação de instituições de crédito: Aspectos fundamentais</i>
9	Ana Pascoal Curado	<i>As averiguações preliminares da CMVM no âmbito da luta contra a criminalidade financeira: Natureza jurídica e aplicação do princípio nemo tenetur</i>
9	Miguel Brito Bastos	<i>Scalping: Abuso de informação privilegiada ou manipulação de mercado?</i>
11-12	Helena Magalhães Bolina	<i>O direito ao silêncio e o estatuto dos supervisionados no mercado de valores mobiliários</i>
11-12	Vinicius de Melo Lima	<i>Ações neutras e branqueamento de capitais</i>
13	Bernardo Feijoo Sánchez	<i>El Derecho Penal Español frente a fraudes bursátiles transnacionales – ¿Protege el derecho penal del mercado de valores los mercados financieros internacionales?</i>
14-15	Bernardo Feijoo Sánchez	<i>Imputación objetiva en el derecho penal económico: el alcance del riesgo permitido. Reflexiones sobre la conducta típica en el derecho penal del mercado de valores e instrumentos financieros y de la corrupción entre particulares</i>
17	Joseph Dale Mathis	<i>European Payment Services: How Interchange Legislation Will Shape the Future of Retail Transactions</i>
18	José Gonzaga Rosa	<i>Shadow Banking – New Shadow Entities Come to Light</i>
18	Pedro Lobo Xavier	<i>Das medidas de resolução de instituições de crédito em Portugal – análise do regime dos bancos de transição</i>
18	Sofia Brito da Silva	<i>A notação de risco da dívida soberana: O exercício privado de um serviço de interesse público</i>

20-21	Pablo Galain Palermo	<i>Lavado de activos en Uruguay: una visión criminológica</i>
20-21	Sérgio Varela Alves	<i>Da participação da Banca em Sociedades não Financeiras: Mais do que allfinance</i>
20-21	Rute Saraiva	<i>Um breve olhar português sobre o modelo de supervisão financeira em Macau</i>
20-21	Luís Pedro Fernandes	<i>Dos sistemas de Microcrédito na Lusofonia: Problemas e soluções</i>
20-21	Daniela Pessoa Tavares	<i>O segredo bancário na legislação bancária de Angola, Cabo Verde e Moçambique</i>
20-21	Raluca Ghiurco	<i>As instituições de supervisão financeira em Moçambique</i>
20-21	Francisco Mário	<i>Supervisão bancária no sistema financeiro Angolano</i>
20-21	Catarina Balona/ João Pedro Russo	<i>O Banco de Cabo Verde – Principais aspetos orgânicos e funcionais</i>
20-21	José Gonzaga Rosa	<i>União Económica e Monetária da África Ocidental: uma boa ideia, com uma execução pobre</i>
20-21	Tiago Larsen	<i>Regulação bancária na Guiné-Bissau</i>
23-24	Luís Guilherme Catarino	<i>“Fit and Proper”: o controlo administrativo da idoneidade no sector financeiro</i>
23-24	Margarida Reis	<i>A idoneidade dos membros dos órgãos de administração e fiscalização das instituições de crédito</i>
23-24	Inês Serrano de Matos	<i>“Debt finance”: as obrigações como engodo do investidor e a informação externa como um meio de tutela daquele</i>
23-24	João Andrade Nunes	<i>Os deveres de informação no mercado de valores mobiliários: o prospeto</i>
23-24	João Vieira dos Santos	<i>A união dos mercados de capitais e o Sistema Europeu de Supervisão Financeira</i>
27-28	Bruno Miguel Fernandes	<i>A garantia de depósitos bancários</i>
29	Álvaro Silveira de Meneses	<i>Leading the way through: the role of the European Central Bank as pendulum, shield and supervisor of the euro area</i>
31	Miguel da Câmara Machado	<i>Problemas, paradoxos e principais deveres na prevenção do branqueamento de capitais</i>

Seguros

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
25	Catarina Baptista Gomes	<i>Os danos indemnizáveis no seguro financeiro</i>
25	Celina Isabel Dias Videira	<i>O seguro de responsabilidade civil profissional dos advogados</i>
25	Miguel Duarte Santos	<i>O beneficiário nos seguros de pessoas</i>

Comunicações eletrónicas

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
7-8	Ana Amante/João Varela	<i>Switching Costs in the Portuguese Telecommunications Sector: Results from a Customer Survey</i>
11-12	Ana Proença Coelho	<i>Entre o dever de colaborar e o direito de não se autoinculpar: O caso da supervisão do ICP-ANACOM</i>
14-15	Manuel da Costa Cabral	<i>A governação da Internet e o posicionamento de Portugal</i>
14-15	Marta Moreira Dias	<i>Perspetiva sobre os 25 anos da Internet em .pt</i>
14-15	Victor Castro Rosa	<i>Digital Piracy and Intellectual Property Infringement: role, liability and obligations of Internet Service Providers. The evolution of European Case-Law</i>
14-15	David Silva Ramalho	<i>A investigação criminal na dark web</i>
19	João Confraria	<i>Perspetivas de mudança na regulação das comunicações</i>

Energia

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
11-12	Miguel Sousa Ferro	<i>Nuclear Law at the European Court in the 21st Century</i>

13	Orlindo Francisco Borges	<i>Responsabilidade civil das sociedades de classificação por derrames petrolíferos causados por navios inspecionados: em busca de um claro regime entre o port state control e os contratos de classificação</i>
18	Filipe Matias Santos	<i>O comercializador de último recurso no contexto da liberalização dos mercados de eletricidade e gás natural</i>

Saúde

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
10	Olívio Mota Amador	<i>Desafios da regulação da saúde em Portugal nos tempos de crise</i>
30	Sofia Nogueira da Silva / Nuno Castro Marques / Álvaro Moreira da Silva	<i>O Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão: visão da regulação em saúde</i>

Autoridades Reguladoras e Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
3	João Confraria	<i>Falhas do Estado e regulação independente</i>
6	Jorge André Carita Simão	<i>A responsabilidade civil das autoridades reguladoras</i>
7-8	Victor Calvete	<i>Entidades administrativas independentes: Smoke & Mirrors</i>
17	Luís Silva Morais	<i>Lei-Quadro das Autoridades Reguladoras – Algumas questões essenciais e justificação do perímetro do regime face às especificidades da supervisão financeira</i>
17	João Confraria	<i>Uma análise económica da Lei-Quadro das Autoridades Reguladoras Independentes</i>
17	Luis Guilherme Catarino	<i>O Novo Regime da Administração Independente: Quis custodiet ipsos custodes?</i>
17	Tânia Cardoso Simões	<i>Entidades reguladoras: Um ano de Lei-Quadro</i>

29	Nuno Cunha Rodrigues / Rui Guerra da Fonseca	<i>O quadro da responsabilidade civil extracontratual das entidades reguladoras do setor financeiro</i>
30	Francisca Van Dunem	<i>Prefácio ao dossier especial comemorativo do 5.º aniversário do TCRS</i>
30	Carla Câmara	<i>Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão: quo vadis?</i>
30	Fernando Oliveira Silva / Fernando Batista	<i>A regulação dos setores da construção, do imobiliário e dos contratos públicos</i>
30	Luís Miguel Caldas / Marta Borges Campos / Alexandre Leite Baptista / Anabela Morão de Campo	<i>Âmbito e desafios do controlo jurisdicional do Tribunal da Concorrência Regulação e Supervisão: a vida íntima dos processos</i>
30	Miguel Sousa Ferro	<i>Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão: uma análise jurídico-económica no seu 5.º aniversário</i>
30	Pedro Marques Bom / Ana Cruz Nogueira	<i>Cinco anos, cinco desafios</i>
30	Pedro Portugal Gaspar / Helena Sanches	<i>Deverão os recursos de todas as decisões contraordenacionais adotadas pela ASAE cáterem na jurisdição do TCRS?</i>
30	Ricardo Gonçalves / Ana Lourenço	<i>Uma proposta de avaliação de impacto da criação do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão</i>
30	Sofia Nogueira da Silva / Nuno Castro Marques / Álvaro Moreira da Silva	<i>O Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão: visão da regulação em saúde</i>

Regulação do comércio e concorrência desleal

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
2	Jaime Andrez	<i>Propriedade Industrial e concorrência – uma leitura económica da sua inevitável complementaridade</i>
6	Deolinda de Sousa	<i>O alinhamento de preços nas vendas com prejuízo</i>
7-8	Peter Freeman	<i>The UK experience: The Grocery Supply Code of Practice</i>

Contratação pública

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
19	António Ferreira Gomes/ Ana Sofia Rodrigues	<i>Enhancing Efficiency in Public Procurement in Portugal: An Overview of the Relevant Competition Issues</i>
19	Nuno Cunha Rodrigues	<i>O princípio da concorrência nas novas diretivas sobre contratação pública</i>
19	Raquel Carvalho	<i>As novas Diretivas da Contratação Pública e a tutela da concorrência na execução dos contratos públicos</i>
27-28	Pedro Matias Pereira	<i>O dever de resolver contratos públicos</i>
27-28	Luís Almeida	<i>A Contratação Pública Verde no quadro da nova Diretiva 2014/24/UE</i>
29	Isabel Andrade / Joaquim Miranda Sarmento	<i>Uma análise contratual às renegociações das PPP e concessões no setor das águas em Portugal</i>
32	Nuno Cunha Rodrigues	<i>Contratação Pública e concorrência: de mãos dadas ou de costas voltadas?</i>

Direito contraordenacional e processual penal

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
7-8	Luís Greco	<i>Existem critérios para a postulação de bens jurídicos coletivos?</i>
9	Ricardo Oliveira Sousa	<i>A comunicabilidade da prova obtida em direito processual penal para o processo contraordenacional</i>
10	André Mauro Lacerda Azevedo	<i>Bribery Act 2010: Um novo paradigma no enfrentamento da corrupção</i>
13	André Paralta Areias	<i>O valor do princípio da presunção de inocência no novo regime da indemnização por indevida privação da liberdade</i>
13	Tiago Geraldo	<i>A reabertura do inquérito (ou a proibição relativa de repetição da ação penal)</i>
14-15	Miguel Prata Roque	<i>O Direito Sancionatório Público enquanto bisetritz (imperfeita) entre o Direito Penal e o Direito Administrativo – a pretexto de alguma jurisprudência constitucional</i>

14-15	Milene Viegas Martins	<i>A admissibilidade de valoração de imagens captadas por particulares como prova no processo penal</i>
16	Érico Fernando Barin	<i>Alargar a perda alargada: O projeto Fenix</i>
16	José Danilo Tavares Lobato	<i>Um panorama da relação entre abuso e direito, ações neutras e lavagem de dinheiro</i>
16	Mafalda Melim	<i>Standards de prova e grau de convicção do julgador</i>
16	David Silva Ramalho	<i>O uso de malware como meio de obtenção de prova em processo penal</i>
16	Catiuce Ribas Barin	<i>A valoração das gravações de áudio produzidas por particulares como prova no processo penal</i>
16	José Neves da Costa	<i>Do aproveitamento em processo penal das provas ilicitamente obtidas por particulares – O caso BCP</i>
16	Catarina Abegão Alves	<i>Agente infiltrado ou provocador? Um problema de proibição de prova à luz do caso Teixeira de Castro v. Portugal</i>
23-24	Stephen Mason	<i>Towards a global law of electronic evidence? An exploratory essay</i>
23-24	Daniel Diamantaras de Figueiredo	<i>O direito ao confronto e o caso Al-Khawaja e Tahery c. Reino Unido</i>
23-24	Felipe Soares Tavares Morais	<i>O ónus da prova e a presunção de inocência no processo penal brasileiro</i>
23-24	Margarida Caldeira	<i>A utilizabilidade probatória das declarações prestadas por arguido em fase anterior ao julgamento</i>
27-28	Ana Catarina Martins	<i>Imputação subjetiva: como se constrói e se prova o dolo da pessoa coletiva?</i>
27-28	Maria João Almeida Semedo	<i>Imputação subjetiva: como se constrói e prova o dolo da pessoa jurídica – orientação jurisprudencial</i>
27-28	Joana Gato	<i>Identificação de algum dos dirigentes que são agentes do facto coletivo como requisito para a responsabilização da pessoa coletiva</i>
27-28	João Nuno Casquinho	<i>Responsabilidade penal das pessoas coletivas em casos de fusão, cisão ou transformação</i>
27-28	João Pedro Neves Rodrigues	<i>Critérios objetivos de imputação de facto coletivamente típico à pessoa coletiva e o conceito de gerentes de facto e de direito</i>
29	Renzo Orlandi	<i>“Operazione Mani Pulite” e seu contexto político, jurídico e constitucional</i>

29	Antonieta Nóbrega	<i>O jornalista assistente no processo penal português</i>
29	Joana Geraldo Dias	<i>A consagração de um novo paradigma na ordem jurídica: a divisão bipartida dos dados relativos às comunicações eletrónicas</i>
29	Sónia Cruz Lopes	<i>Interceção de comunicações para prova dos crimes de injúrias, ameaças, coação, devassa da vida privada e perturbação da paz e do sossego cometidos por meio diferente do telefone</i>
31	Nivaldo Machado Filho	<i>O agente infiltrado em duelo com o contraditório: aspectos críticos de seu relatório e depoimento</i>
32	Enrico Sanseverino	<i>O crime de corrupção no sector privado e o seu tratamento em uma perspetiva internacional em face dos interesses tutelados</i>

Ambiente

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
2	José Danilo Tavares Lobato	<i>Princípio da subsidiariedade do Direito Penal e a adoção de um novo sistema jurídico na tutela ambiental</i>
5	António Sequeira Ribeiro	<i>A revisão da lei de bases do ambiente (algumas notas sobre a vertente sancionatória)</i>
5	Heloísa Oliveira	<i>Eficácia e adequação na tutela sancionatória de bens ambientais</i>
5	José Danilo Tavares Lobato	<i>Acessoriedade administrativa no direito penal do ambiente e os riscos para o princípio da legalidade</i>
5	Annette Bongardt/ João E. Gata	<i>Competition Policy and Environmental Protection: a critical overview</i>
5	Giulio Federico	<i>Climate Change and Environmental Policies in the European Electricity Sector</i>

Transportes

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
26	João E. Gata	<i>A economia de partilha</i>
26	Joana Campos Carvalho	<i>Enquadramento jurídico da atividade da Uber em Portugal</i>
30	João Carvalho / Eduardo Lopes Rodrigues	<i>Regulação económica independente no ecossistema da mobilidade e dos transportes</i>

Artigos transversais e outros

N.º RCR	Autor	Título do Artigo
1	Manuel Sebastião	<i>The Portuguese Competition Authority and the Portuguese Competition and Regulation Journal – A meeting of the minds</i>
1	Eduardo Paz Ferreira	<i>Em torno da regulação económica em tempos de mudança</i>
16	Nuno Sousa e Silva	<i>The proposed Directive on multi-territorial licensing for online music – Is competition a good idea?</i>
20-21	Miguel da Câmara Machado	<i>“Corrupção: denuncie aqui” – vale tudo no combate à corrupção?</i>
22	Paulo Alves Pardal	<i>O acidentado percurso da Constituição Económica Portuguesa</i>
32	Miguel Moura Silva/ Manuel Cabugueira	<i>The competition impact of extending the activity of waste and water management concessionaires to competitive markets</i>

REVISTA DE CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO

1. A *Revista de Concorrência e Regulação* (C&R) está aberta à colaboração dos seus Leitores, pelo que aceita para publicação artigos, estudos ou comentários de jurisprudência que se enquadrem na temática geral do Direito e Economia da concorrência e regulação e na temática específica de cada número, de acordo com um duplo critério de interesse informativo e qualidade científica.
2. Todos os textos a publicar na C&R são da responsabilidade exclusiva dos seus Autores. A publicação dos textos não significa a concordância da C&R com as posições neles expressas.
3. Os textos a publicar devem ser inéditos e podem ser apresentados em português, espanhol, francês ou inglês, sendo publicados na língua em que foram redigidos. Em casos excecionais, poderão ser aceites textos não inéditos, devendo então o Autor indicar onde foram publicados anteriormente.
4. Os textos devem estar formatados em *Word* e não exceder, em regra, 70 mil caracteres (incluindo espaços). Devem também ser acompanhados de um resumo (“*abstract*”), com um máximo de 100 (cem) palavras, em inglês.
5. Aos textos, os Autores devem ainda juntar uma breve nota curricular (que não deverá exceder, para cada versão linguística, 950 caracteres, incluindo espaços) em português e inglês, morada e endereço eletrónico.
6. A informação sobre as normas formais aplicáveis aos textos a submeter à *Revista de Concorrência e Regulação* deve ser solicitada, antes do envio do texto, através do endereço eletrónico revista@concorrenca.pt.
7. Os trabalhos devem ser remetidos em formato digital para o endereço eletrónico revista@concorrenca.pt ou para a morada: Autoridade da Concorrência – Avenida de Berna, 19, 1050-037 Lisboa, ao cuidado de Catarina Anastácio.
8. As provas tipográficas dos textos aprovados para publicação serão enviadas ao Autor para a morada ou endereço eletrónico por si indicados, para revisão.

Collaboration with

REVISTA DE CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO

1. *Revista de Concorrência e Regulação* (C&R) welcomes submissions for publication from its readers, including papers, studies or case comments, related to Competition and Regulation Law and Economics and the specific theme of each issue, according to the interest and scientific quality of each contribution.
2. Authors are exclusively responsible for their papers. Publication of papers does not mean that C&R endorses the views expressed therein.
3. Papers must not have been published elsewhere and can be submitted in Portuguese, Spanish, French or English. Papers will be published in the original language. In exceptional cases, papers that have already been published may be accepted. In such circumstances the Author will be required to indicate where the paper has been published previously.
4. Texts must be processed in Word, should not exceed 70,000 characters (including spaces) and must also be accompanied by an abstract, with a maximum of 100 words, in English.
5. Authors must provide a short CV in Portuguese and English, (which should not exceed 950 character, including spaces, for each of the languages) as well as mailing and email addresses.
6. Further information on the formal rules for submission of materials to the C&R must be requested in advance, by contacting revista@concorrencia.pt.
7. Contributions must be sent in digital format to the email address revista@concorrencia.pt or to the address: Autoridade da Concorrência – Avenida de Berna, 19, 1050-037 Lisboa – Portugal, to the attention of Ms. Catarina Anastácio.
8. Prior to publication, proofs will be sent to the Authors, to the mailing address or email address previously indicated.

ÓRGÃOS SOCIAIS

DIREÇÃO

Maria João Melícias/Miguel Sousa Ferro

CONSELHO CIENTÍFICO

Presidentes: Eduardo Paz Ferreira/Margarida Matos Rosa

Membros:

António Avelãs Nunes

António Ferreira Gomes

António Menezes Cordeiro

Augusto Silva Dias

Barry Hawk

Bernardo Feijóo Sánchez

Bo Vesterdorf

Carlos Pinto Correia

David Gerber

Diogo Rosenthal Coutinho

Donald Baker

Douglas Rosenthal

Eleanor Fox

Fernando Borges Araújo

Fernando Herren Aguillar

Francisco Marcos

Floriano Marques

François Souty

Frederic Jenny

Geraldo Prado

Gerhard Dannecker

Germano Marques da Silva

Giorgio Monti

Harry First

Heike Schweitzer

Ioannis Kokkoris

João Ferreira do Amaral

Jorge Braga de Macedo

Jorge de Figueiredo Dias

José António Veloso

José Danilo Lobato

José Luís da Cruz Vilaça

José de Faria Costa

José de Oliveira Ascensão

José Lobo Moutinho

José Manuel Sérvulo Correia

Jürgen Wolter

Keiichi Yamanaka

Klaus Rogall

Laurence Idot

Luís Cabral

Luís Greco

Manuel da Costa Andrade

Manuel Lopes Porto

Marco Bronckers

Maria Fernanda Palma

Mark Zöller

Miguel Moura e Silva

Miguel Nogueira de Brito

Miguel Poiares Maduro

Nicolas Charbit

Oswald Jansen

Patrick Rey

Paulo Câmara

Paulo de Pitta e Cunha

Paulo Pinto de Albuquerque

Pedro Pais de Vasconcelos
Pedro Pitta Barros
Peter Freeman CBE, QC
Philip Marsden
Piet Jan Slot
René Smits

Richard Wish
Rosa Greaves
Vasco Pereira da Silva
Vito Tanzi
William Kovacic
Wouter Wils

CONSELHO CIENTÍFICO

João E. Gata/Nuno Cunha Rodrigues

CONSELHO CONSULTIVO

João E. Gata/Jorge Simões/Nuno Cunha Rodrigues

CONSELHO REDATORIAL

Presidente: Mariana Tavares

Comissão Coordenadora:

Cristina Camacho
Fernando Pereira Ricardo
João Cardoso Pereira
José Renato Gonçalves

Luís Vale Lima
Nazaré da Costa Cabral
Ricardo Bayão Horta
Vitor Miguel Lourenço

Editores:

Concorrência – Questões gerais, europeu e comparado

Carlos Pinto Correia/João E. Gata

Concorrência – Práticas restritivas

Fernando Xarepe Silveiro/João Pateira Ferreira

Concorrência – Auxílios de Estado

Miguel Mendes Pereira/António Carlos dos Santos/Marco Capitão Ferreira

Concorrência – Concentrações

Margarida Rosado da Fonseca

Autoridades reguladoras

João Miranda

Direito contraordenacional e processual penal

Teresa Quintela de Brito/João Matos Viana/Vânia Costa Ramos

Economia

António Pedro Santos/Jorge Rodrigues/Paulo Gonçalves

Água e resíduos

João Miranda

Ambiente

Carla Amado Gomes

Aviação civil

António Moura Portugal

Comércio, consumo e concorrência desleal

Teresa Moreira

Contratação pública

Nuno Cunha Rodrigues

Energia

Gonçalo Anastácio

Financeiro

Rute Saraiva/Hugo Moredo Santos

Transportes terrestres e marítimos

Tânia Cardoso Simões

Saúde

Nuno Castro Marques

Direito contraordenacional e processual penal

Teresa Quintela de Brito/João Matos Viana/Vânia Costa Ramos

Direito probatório

Rui Soares Pereira/David Silva Ramalho

Secretariado Executivo:

Manuela Oliveira

Natália Leite